

# APROVADA A REELEIÇÃO, VIRÁ O FREIO NA ECONOMIA

Sete Dias da Semana

29 JAN 1997

Brasil

As previsões de que, no começo do ano, a economia entraria em processo de desaceleração, sem necessidade de estímulos governamentais não se concretizaram. Ao contrário, os dados sobre o desempenho das vendas do comércio e da indústria até o dia 22 de janeiro corrente mostram que a aceleração registrada nas duas últimas semanas de dezembro continua firme.

Há, entre economistas e consultores o consenso de que, aprovada no Congresso a proposta de emenda constitucional da reeleição, o que poderá ocorrer até o final de março, o segundo trimestre seria inaugurado com um novo arrocho no crédito, a forma mais rápida e eficaz do Governo baixar a temperatura da economia.

O crédito ao consumidor sofreria algumas restrições, como redução dos prazos atuais de até trinta meses para doze meses; obrigatoriedade do pagamento de pelo menos 60% dos débitos feitos em cartão de crédito e redução dos prazos para os consórcios de automóveis.

Os tecnocratas do Ministério da Fazenda estão com um olho no dia-a-dia das vendas dos produtos que continuam disparando, principalmente os eletrodomésticos e os eletroeletrônicos, e outro nas importações, que ameaçam produzir, este mês, um déficit da ordem

de US\$ 1,0 bilhão na balança comercial.

O novo aperto no crédito atingirá em cheio as classes de menor renda, que estão podendo trocar suas geladeiras, liquidificadores, aparelhos de som e televisores, e até abusando da sorte, comprando máquinas de lavar e videocassetes, aproveitando-se dos longos prazos de pagamento que produzem pequenas prestações, que aparentemente cabem em seus orçamentos.

As lojas de Brasília, São Paulo, Rio de Janeiro e outros grandes centros de consumo estão atendendo a um tipo de consumidor com presença mais frequente nas lojas: é aquele que, não dispondo de R\$ 200 para consertar a geladeira estragada, se arrisca a comprar uma nova, pagando-a em 24 prestações de R\$ 30.

A ampliação dos prazos e uma redução substancial na taxa de juros constituem o combustível para essa nova arrancada da atividade econômica, sustentada não no aumento da renda real dos assalariados, como seria desejável, mas nas facilidades creditícias. É o salário congelado que está esticando na marra para acomodar as prestações.

Em janeiro do ano passado as condições de venda de eletrodomésticos e eletroeletrônicos eram, em média, de um prazo máximo de 18 meses e uma taxa

de juros de 8% ao mês. Em janeiro deste ano é possível comprar produtos da linha branca, como geladeiras, freezers, liquidificadores etc., com prazos de 30 meses e juros de 5% ao mês, ainda escorchantes, em comparação com uma taxa inflacionária de menos de um por cento ao mês.

Não por acaso as consultas ao Serviço de Proteção ao Crédito - SPC - em cidades como São Paulo cresceram mais de 50% nestas três primeiras semanas de janeiro, em relação a 1996 e quase 60% em relação a 1995. Trata-se de indicador seguro de expansão de vendas, da mesma forma que as consultas aos serviços de Telecheque, que estão crescendo em todo o país em janeiro, em relação ao mesmo período dos dois anos anteriores.

A indústria esperava que a economia desacelerasse sozinha, mas como isso não ocorreu, está aumentando a produção para atender à crescente demanda do varejo, que super-estocou-se no final do ano passado, mas já consumiu nos dez primeiros dias de janeiro as sobras do final do ano passado.

Embora, na visão dos economistas que trabalham para o Governo, já tenha chegado a hora de apertar o parafuso da economia, ninguém acredita que isso seja feito antes que a Câmara e o Senado tenham votado, em dois turnos, a

proposta de emenda constitucional sobre a reeleição, e que esta tenha sido promulgada.

Afinal, seria arriscado às pretensões do Presidente Fernando Henrique Cardoso, adotar uma medida impopular de restrição ao consumo de massa, em plena discussão da emenda da reeleição. Esta é, aliás, uma das razões da pressa com que o Presidente vem defendendo a aprovação da emenda, expondo-se aos olhos da Nação como um governante que deixou de lado o dia a dia da administração para perseguir, obsessivamente, um objetivo caracterizadamente de interesse pessoal.

Embora discretamente, o Ministro da Fazenda, Pedro Malan, vem conversando com o Presidente da República sobre a matéria - aperto na economia e reeleição - e cruzando os dedos para que a votação da emenda não se arraste pelos próximos meses.

O Presidente já está convencido de que o freio na atividade econômica é a única alternativa disponível para conter as importações e estimular as exportações, reduzindo a um nível tolerável o déficit da balança comercial este ano. Ao invés dos US\$ 10 bilhões a US\$ 12 bilhões estimados, na hipótese de uma expansão da atividade econômica entre 7% e 8%, algo como US\$ 5 bilhões a US\$ 6 bilhões, compatível com um cres-

cimento econômico entre 4% e 5%.

A solução via câmbio não passa pela cabeça da equipe econômica por causa do seu inevitável efeito inflacionário. O máximo que o Governo avançará nessa área é adotar uma redução no espaço interior da banda cambial, de modo a tornar mais frequentes os reajustes. Nada, contudo, que possa provocar uma desvalorização do real acima da média mensal de 0,6%, inferior, portanto, à taxa média mensal da inflação.

Reservas da ordem de US\$ 60 bilhões e estimativa de ingresso este ano de US\$ 12 bilhões somente em capital externo de risco, são números exibidos pelo Ministro da Fazenda e o Presidente do Banco Central como irresponsáveis argumentos aos defensores de uma maior desvalorização do real frente ao dólar.

Os exportadores - é a ordem vinda de cima - terão de melhorar a produtividade e recorrer às vantagens fiscais e financeiras que estão sendo oferecidas e as que ainda virão nos próximos meses, para recuperar a sua capacidade de exportar. Não devem contar sequer com a vantagem tarifária, pois a Organização Mundial do Comércio - OMC - está de olho. Se tal estratégia dará certo, só o tempo dirá.

MILANO LOPES